



Público

21-09-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Saúde

Dimensão: 463 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 18



A forma de financiamento da greve foi muito contestada

Crowdfunding dos enfermeiros sem ilícitos, diz ASAE

Greve
Alexandra Campos

Enfermeiros conseguiram angariar cerca de 780 mil euros em campanhas para financiar duas greves nos blocos operatórios

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) não detetou irregularidades na inédita e polémica campanha de *crowdfunding* (financiamento colaborativo) dos enfermeiros, mas abriu um processo de contra-ordenação contra a entidade gestora de uma outra plataforma na Internet devido a uma campanha de apoio a uma organização de “âmbito formativo e digital”. Esta foi a primeira inspeção ao funcionamento das plataformas eletrónicas de financiamento colaborativo realizada pela ASAE, que garante ir “acompanhar o surgimento de novas plataformas, monitorizar as campanhas e promover acções de inspeção periódicas”. A ASAE foi verificar se havia indícios de branqueamento de capitais, de concorrência ou práticas comerciais desleais.

Apesar de haver 13 plataformas de *crowdfundig* registadas em Portugal, apenas quatro estão a funcionar e a ASAE foi inspeccioná-las na sequência da polémica gerada com o *crowdfunding* dos enfermeiros, que conseguiram reunir cerca de 780 mil euros. O dinheiro foi angariado em duas campanhas promovidas através da plata-

forma PPL para financiar as “greves cirúrgicas” nos blocos operatórios de vários hospitais públicos, entre Novembro do ano passado e Fevereiro deste ano. O apoio através do financiamento colaborativo aos protestos dos enfermeiros desencadeou polémica, tendo mesmo sido questionada a sua legalidade. O PS chegou a defender uma mudança do regime de *crowdfunding*, de forma a acabar com o carácter anónimo das contribuições.

Nas quatro plataformas que estavam activas na altura da inspeção (além da PPL, a Novobancocrowdfunding, a Boaboa e a Crowdfunding), a ASAE seleccionou oito campanhas “de maior relevo”, explica em resposta enviada ao PÚBLICO.

A que motivou a abertura de um processo de contra-ordenação é “de âmbito formativo e digital”, diz a ASAE, sem adiantar mais detalhes. Quanto às outras, além da que serviu para financiar as “greves cirúrgicas” dos enfermeiros, houve uma que serviu para a aquisição de veículos para fins sociais (ambulâncias), outra para a integração e apoio de indivíduos com problemas de saúde específicos, e outras para desenvolvimento de espaços de apoio social, cultura e cidadania, empreendedorismo e inovação social.

“Não foram detectados indícios da prática de quaisquer outros ilícitos contra-ordenacionais ou criminais nas restantes sete campanhas inspeccionadas”, assegura a ASAE.

com Ana Maia

acampos@publico.pt